

# EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E DEFESA DA CIDADANIA: A EXPERIÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL DE CAMPOS NO NORTE FLUMINENSE

*University extension and defense of citizenship: the experience of Social Services in Campos in north fluminense*

José Luís Vianna\*

Universidade Federal Fluminense

## Resumo

Este artigo apresenta um breve levantamento, não completo nem exaustivo, das ações dos docentes do Departamento de Serviço Social (SSC), do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR), da Universidade Federal Fluminense (UFF), em Campos dos Goytacazes (RJ), a partir da conjuntura de lutas pelos Direitos de Cidadania na Constituição Federal de 1988. Metodologicamente, com base nos relatórios das coordenações de extensão, nos pareceres e nas informações de docentes, apresenta a atuação do SSC na Extensão, na perspectiva dos seus vínculos com as manifestações da Questão Social e seu enfrentamento no espaço regional de influência do município de Campos, emolduradas pelas particularidades do processo de desenvolvimento regional, referenciado no modelo de desenvolvimento do País.

**Palavras-chave:** Serviço Social de Campos; Constituição de 1988; Protagonismo Docente.

## Abstract

This article presents a brief survey, neither complete nor exhaustive, of the actions of professors at the Department of Social Service (SSC), at the Institute of Society Sciences and Regional Development (ESR), at the Fluminense Federal University (UFF), in Campos dos Goytacazes (RJ), from the conjuncture of struggles for the Rights of Citizenship in the Federal Constitution of 1988. Methodologically, based on the reports of the extension coordinations, on the opinions and information of professors, it presents the performance of the SSC in the Extension, from the perspective of the links with the manifestations of the Social Question and its confrontation in the regional space of influence of the municipality of Campos, framed by the particularities of the regional development process, referenced in the country's development model.

**Keywords:** Campos Social Service; Constitution of 1988; Teacher Protagonism.

## Introdução

A história recente do Brasil, na perspectiva das conquistas e ampliação dos direitos no campo das manifestações da Questão Social, tem nas trabalhadoras e nos trabalhadores do Serviço Social protagonistas destacados nas lutas, nos debates, na formulação e implementação de políticas públicas e de institucionalidades. Os espaços universitários de formação — públicos, principalmente — constituem arenas de debate e de construção de projetos e ações, comprometidas com os movimentos sociais, populares, de trabalhadores e das periferias, contribuindo para a ampliação do espaço público de discussão e da ação coletiva dos sujeitos sociais envolvidos. Constituem espaços de ações coletivas críticas e de articulação institucional, bem como de fornecimento de quadros técnico-políticos para a construção e implementação de políticas

públicas que buscam enfrentar os conflitos inerentes às manifestações da Questão Social em nosso País, em todas as regiões e localidades.

A formação universitária em Serviço Social — de graduação e de pós-graduação — assim como a pesquisa e a atuação técnico-política das trabalhadoras e dos trabalhadores do Serviço Social<sup>1</sup> foram umas das mais importantes fontes de inspiração democrática para a construção do arcabouço da legislação da Assistência Social, incluída na Seguridade Social, ao lado da Saúde e da Previdência Social, bem como para a ampliação e institucionalização de um conjunto de novos direitos na Constituição Federal (CF) de 1988. O marco normativo da Constituição de 1988 colocou uma série de desafios para os grupos e segmentos comprometidos com a ampliação dos espaços públicos de debate e afirmação da cidadania. Superada a etapa de inclusão de uma série de direitos na Constituição — como os da infância e adolescência, dos idosos, das mulheres, das raças e etnias, das populações tradicionais, dos trabalhadores, da população de baixa renda, entre outros —, vieram as lutas pela sua consolidação, o que, nos marcos do capitalismo, são permanentes e feitas de avanços e recuos, vitórias e derrotas (COUTINHO, 1997). A implementação da legislação complementar e a efetivação da institucionalidade, dos equipamentos e das políticas públicas correspondentes demandam permanente estado de vigilância e de ação coletiva.

A consolidação desses direitos envolve a criação e implantação do arcabouço institucional, da regulamentação legislativa complementar, mas, principalmente, o desafio da luta cotidiana pelo fortalecimento de uma cultura política e de uma sociabilidade nas quais esses direitos são reconhecidos, respeitados e consolidados como ganhos de equidade no cotidiano da vida social ou, como sugere Telles (1999), como linguagem pública que baliza os critérios pelos quais os dramas são problematizados em suas exigências de equidade e justiça, constituindo-se como princípios de regulação da vida social. Todavia, o momento dramático que o País atravessa desde o Golpe que destituiu a presidenta Dilma Roussef, em 2016, e que possibilitou a eleição do então Presidente Jair Bolsonaro, em 2018 (MIGUEL, 2019), vem sendo agravado pelas particularidades nacionais do (não) enfrentamento do desemprego que atingiu 14 milhões de brasileiros e brasileiras, em 2020, agravado pela pandemia da COVID-19, da precarização do trabalho e do desalento. Como se não bastassem os impactos da pandemia na economia, o País experimenta um conjunto de retrocessos no campo dos direitos, com destaque para as

Reformas Trabalhista e da Previdência, agudizando a questão social e suas expressões, entre elas, o retorno de milhões de famílias à situação de extrema pobreza e à insegurança alimentar grave.

---

<sup>1</sup> Na esteira das grandes mobilizações dos trabalhadores do ABC, em 1979, o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, também conhecido como “Congresso da Virada”, foi fundamental na formulação para as prioridades nas lutas pela ampliação dos Direitos de Cidadania, assumidas pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores do Serviço Social.

Esse contexto de retrocessos sociais e de desmonte das políticas públicas — pelo seu desfinanciamento, principalmente — expressa um momento de ruptura com o projeto consolidado na CF de 1988 e no qual os direitos, ainda que limitados do ponto de vista da sua universalidade concreta, constituem a base de sustentação da gramática pública (TELLES, 1999). Trata-se de um acentuado processo de “desdemocratização” do País (FLEURY; PINHO, 2019).

A universidade, que historicamente teve um papel relevante na luta pela democratização a partir do reconhecimento, afirmação e implementação dos Direitos de Cidadania, é interpelada mais uma vez a resistir a esse processo de “desdemocratização”. Não por acaso, vem sendo alvo privilegiado dos grupos neoconservadores e neofacistas, desde a eleição do atual presidente, e, mais tarde, dos Ministérios da Economia e da Educação. A extensão universitária, um dos tripés de sustentação da universidade pública, há muito tem se transformado em uma importante mediação entre os interesses da sociedade, dos grupos e classes subalternos e a prática acadêmica fundamentada nos estudos e pesquisas científicos, seja na perspectiva de fortalecimento dos movimentos sociais populares e na defesa dos seus direitos — cotidianamente violados —, seja na construção de agendas públicas que reconheçam novos direitos e novas necessidades sociais comuns.

Em Campos dos Goytacazes, o curso de Serviço Social (SSC) da UFF, que completa 60 anos em junho de 2022, participa ativamente no enfrentamento das manifestações locais e regionais da Questão Social. O SSC<sup>2</sup> tem sido protagonista das lutas pelo reconhecimento dos direitos, pela inclusão de grupos e segmentos sociais nas políticas públicas e pela institucionalização da rede e de equipamentos de políticas sociais. Atua, ainda, na formação de quadros da sociedade para operar na execução e gestão das políticas públicas, assim como na deliberação e no controle social, nas diversas instituições, conselhos e instâncias responsáveis. Contribui, com isso, para a criação e ampliação dos espaços públicos de debates, reflexão, produção, encontro e lutas, e para o reconhecimento das necessidades de defesa dos grupos sociais não alcançado pelas políticas públicas de implementação de direitos.

Este artigo apresenta um breve relato — dados os limites do espaço frente à amplitude do tempo e das ações abarcadas —, referenciado na análise contextual, do protagonismo do curso de graduação em Serviço Social-SSC nas lutas e na construção de legislação e de institucionalidades vinculadas aos Direitos de Cidadania. Dados os limites de espaço, o artigo se restringirá à abordagem das ações no âmbito dos projetos de extensão realizados a partir da segunda metade dos anos 1990, contemplando o contexto das lutas históricas que ganharam impulso no processo de redemocratização nos anos 1980 e culminaram na constitucionalização dos direitos inscritos na Carta Magna de 1988. As fontes utilizadas foram os relatórios da coordenação de extensão do SSC e do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR),

---

<sup>2</sup> Em meados da década de 1990, os professores do curso de Serviço Social que não eram formados em Serviço Social saíram do SSC e constituíram o Departamento de Fundamentos (SFC). Este artigo trata das ações de extensão dos professores do SSC.

dos pareceristas do SSC sobre os projetos, além dos projetos fornecidos pelos docentes e informações complementares dos responsáveis pelos projetos.

Reconhece-se que é um recorte limitado, pois não contará com depoimentos, histórias tanto dos professores protagonistas quanto dos integrantes dos órgãos, instituições, instâncias de abrangência, bem como dos movimentos e dos segmentos sociais envolvidos. Não se trata de um dossiê. O objetivo é tão somente registrar, para a história, ou seja, para as futuras gerações, as ações concretas, oficiais, que testemunham e atestam o protagonismo do SSC na implantação das políticas e dos equipamentos institucionais — nas escalas regional e local — dos direitos reconhecidos na Constituição de 1988, uma vez que a implementação local/regional das políticas requer sujeitos, organização, mobilização, ação e intervenção técnico-política. Não se dão por decreto, ou pela simples existência de um marco legal no nível macro, nacional. Trata-se de destacar, pela experiência do SSC, a contribuição da universidade pública para as lutas pela cidadania atuando nas múltiplas expressões da Questão Social.

Nesse sentido, quais foram as manifestações locais da Questão Social? Qual o papel protagonizado pela concentração de riqueza e de poder do grande latifúndio na Região e sua associação com a desigualdade racial reproduzida pelo racismo estrutural-institucional no pós-escravidão? Como se deu o processo de “espoliação urbana” (KOWARICK, 1979), com a expropriação de milhares de trabalhadores rurais em direção às margens da cidade, num violento processo de segregação socioespacial e racial (VILLAÇA, 2011). Quem são os sujeitos destas periferias e sua relação com o avanço do desemprego estrutural e da precarização do trabalho sustentada cada vez mais na superexploração da força de trabalho e da destituição dos direitos? Num território tradicionalmente marcado pelo racismo e, mais tarde, pela hegemonia do modo de pensar e de viver das elites agroindustriais, qual o papel que coube às instituições locais comprometidas com o processo de democratização e, particularmente, às universidades? Como se deu o protagonismo do SSC no enfrentamento dessas manifestações, por meio da extensão universitária? É do que tratará a Seção 2 deste artigo. Por fim, a Seção 3 apresentará algumas reflexões a partir da visão de conjunto dessas ações quanto às suas contribuições para o protagonismo da universidade pública nos marcos da construção da cidadania.

A metodologia de exposição utilizada neste artigo foi a seleção de algumas das principais políticas públicas de implementação de direitos relacionadas aos projetos de extensão registrados no SSC da UFF-Campos (RJ), a partir da identificação das manifestações da questão social no contexto dos principais aspectos do desenvolvimento de Campos e seu entorno territorial partir dessa questão.

## O protagonismo do Serviço Social de Campos diante da conjuntura de ampliação dos direitos de cidadania na Constituição Federal de 1988 em Campos dos Goytacazes e imediações

Desde sua criação, o curso de graduação em Serviço Social da UFF teve enorme influência nos municípios que hoje compõem as mesorregiões do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), denominadas Norte Fluminense (RNF) e Noroeste Fluminense (RNOF), favorecida por um conjunto de aspectos. O município de Campos dos Goytacazes foi o polo histórico da RNF e da RNOF até meados da década de 1980, quando compunham uma só região, a Norte Fluminense. Sua absoluta e exclusiva centralidade provinha, entre outros fatores, do fato de ser: o maior município, não só das duas regiões, como, até hoje, de todo o estado do Rio de Janeiro (ERJ); o mais populoso; o centro da produção de açúcar, cana e álcool combustível, sediando mais de 2/3 do total de usinas da região; e o centro político, financeiro, cultural e de consumo de toda a região.

Apesar do surgimento de novas centralidades em ambas as regiões, decorrentes, entre outros fatores, da implantação — na segunda metade da década de 1970 — do mais importante núcleo de Exploração e Produção *offshore* de petróleo do País na Bacia de Campos, com sede em Macaé, e da construção do Porto do Açú em São João da Barra (SJB) — ambos fazendo limite com Campos —, o município de Campos permanece como o principal centro logístico, de consumo, financeiro, comercial e de serviços das duas mesorregiões. Sua localização favorecida, cortada por duas importantes rodovias federais (uma delas, a mais importante do País, a BR-101) e diversas rodovias estaduais, aliada ao seu porte, sua infraestrutura e equipamentos herdados de centenas de anos de polarização regional, garantem a permanência da sua posição central privilegiada no espaço regional.

A cultura da cana foi uma monocultura regional. Não havia nenhuma outra atividade econômica que pudesse se equiparar em termos de importância financeira, social e política. Suas elites, herdeiras da aristocracia rural do período escravocrata — quando a cana já dominava a economia regional —, polarizavam todas as esferas da vida político-administrativa e sociocultural monopolizando os recursos existentes no território, constituindo oligarquias que concentraram o poder até o final dos anos 1980 (CRUZ, 2003; BENETTI, 1986).

A constituição social da RNF, onde está situado o município de Campos, é marcada, historicamente, pela existência de uma pequena elite de usineiros e fazendeiros, ou fornecedores de cana, e de um pequeno número de empresários da antiga cadeia local vinculada à atividade sucroalcooleira: comerciantes de açúcar, donos de fundições e metalúrgicas fabricantes de pequenas máquinas de implementos para a economia sucroalcooleira, de empresas de transporte de trabalhadores, entre outras. Havia, ainda, um importante segmento de comerciantes e de profissionais liberais. De outro lado, uma multidão de trabalhadores da lavoura de cana, trans-

formados, gradativamente, nas décadas de 1960 e 1970, em trabalhadores assalariados, volantes, safristas — os boias-frias — expulsos do campo, moradores da periferia urbana, destituídos de quaisquer direitos, trabalhando e vivendo em condições extremamente precárias, de exploração e de vida (BENETTI, 1986; CRUZ, 2003).

Paralelamente ao processo de gradativo declínio da economia sucroalcooleira regional — em crise desde meados dos anos 1970, acentuada no final da década de 1980 —, Campos dos Goytacazes tornou-se uma cidade universitária, com a implantação da Faculdade de Filosofia de Campos, com os cursos de História, Filosofia, Pedagogia, Letras e Comunicação Social; de Direito; de Odontologia e de Medicina, todas privadas, vinculadas a fundações municipais; da Faculdade Candido Mendes, com cursos na área de Economia e Ciências Contábeis; da UFF, com o curso de Serviço Social, em 1962; e da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), em 1992, cobrindo uma ampla gama de cursos nas áreas de Exatas, Biológicas e Humanas. Havia, ainda, a Escola Técnica Federal de Campos, desde 1919, que, a partir do final da década de 1990/início da década de 2000, criou cursos superiores de tecnólogo e de licenciaturas, constituindo, hoje, o IFF-Instituto Federal Fluminense, com dezenas de cursos de graduação. Em 2021, havia, em Campos, mais de 20 mil alunos matriculados nessas e em outras instituições de Ensino Superior privadas que vieram a se instalar na cidade.

A conjuntura da década de 1980 foi repleta de lutas que se avivaram após a segunda metade da década de 1970, quando a oposição partidária oficial à ditadura civil-militar cresceu em representação no Congresso — nas eleições de 1974 e 1978 —, no contexto do esgotamento do “milagre brasileiro” e após um período de silenciamento violento das forças de oposição, com prisões, mortes e exílios, agravados pelo AI-5, de 1968. As greves de operários do ABC paulista, a partir do final dos anos 1970, que culminaram na criação do Partido dos Trabalhadores (PT), na década de 1980, e as grandes mobilizações nas ruas de estudantes, servidores públicos, operários, população em geral, em torno de um conjunto de reformas e direitos, foram consolidadas na luta pela volta à democracia e ao Estado de Direito, que unificou instituições e segmentos sociais.

Destaca-se uma série de movimentos, como os da luta pela habitação e pela reforma urbana, pela reforma agrária, pela institucionalização da assistência social como direito e objeto de política de Estado; pelos direitos da infância e adolescência; pela igualdade dos direitos das mulheres, afrodescendentes e populações tradicionais; pelos direitos do idoso; e pelos direitos de participação nas decisões de políticas públicas, pelos conselhos de direitos/gestores, nas diversas áreas, como urbanismo, meio ambiente, desenvolvimento, saúde, educação, dentre outros. Essas lutas se espalharam pelo País, possuindo manifestações particulares em Campos dos Goytacazes, tributárias da dinâmica histórica do seu processo de desenvolvimento.

## **As manifestações da questão social em Campos dos Goytacazes e o protagonismo do Curso de Serviço Social da UFF - Campos dos Goytacazes, a partir de 1990**

A conjuntura de elaboração da Carta Magna de 1988 fervilhava de movimentos, greves e lutas de diversos segmentos e organizações sociais em torno de algumas questões candentes no campo da cidadania. Serão citadas aqui aquelas que encontraram correspondência em Campos dos Goytacazes e nos municípios do entorno, área de influência do SSC. Em toda a sua história, uma grande parte dos alunos provém das mesorregiões NF e NOF, além de municípios do Centro-Sul do Espírito Santo e da Zona da Mata de Minas Gerais.

A decadência da economia canavieira deixou dezenas de milhares de trabalhadores rurais “deserdados”, desempregados, moradores da precária periferia urbana, de baixa ou nenhuma escolaridade e cuja qualificação se restringia ao corte de cana (CRUZ, 1992). Os problemas do campo, particularmente os dos ex-trabalhadores nas monoculturas de larga escala, como a da cana, tornaram a reforma agrária uma das suas aspirações. Na época, em Campos, essa luta desembocou na desapropriação das terras da antiga Usina de Açúcar Novo Horizonte — falida — em benefício do assentamento dos seus antigos trabalhadores, a título de reparação pelos direitos e indenizações não pagos. Posteriormente, no início da década de 1990, iniciaram-se as ocupações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no município de Campos e em outros do entorno, resultando, somente em Campos, 11 áreas ocupadas com assentamentos de reforma agrária, em 2021; a maioria, em terras das antigas usinas, em benefício, em grande parte, dos antigos trabalhadores (NEVES, 1997).

Paralelamente, a partir de 1978, a região se tornou a maior produtora de petróleo do País, extraído do fundo do mar. Nas duas primeiras décadas, a economia do petróleo gerou uma grande quantidade de empregos. Mas, além da sua base física estar situada em Macaé, onde se localizaram os empregos, os antigos cortadores de cana não possuíam sequer os pré-requisitos para acessarem as oportunidades de emprego criadas. Na ausência de outras atividades econômicas importantes, esse contingente de milhares de ex-trabalhadores da cana compôs uma periferia moradora em favelas, desempregados ou subempregados, na faixa de extrema pobreza, demandando políticas públicas voltadas para essa população de baixíssima renda, agravando a questão urbana, nos aspectos da favelização, infraestrutura, moradia e riscos ambientais. Os assentamentos contemplaram centenas dessas famílias, beneficiando, no entanto, uma pequena parcela dos “deserdados da cana”. A economia petrolífera regional não gerou encaixamentos regionais, restringindo-se ao extrativismo e ao petrorrentismo, pelo qual alguns municípios privilegiados concentraram elevados repasses financeiros relativos a royalties e participações especiais pelo petróleo extraído (CRUZ, 2003).

No final da primeira década do atual século, um megaporto marítimo estabeleceu-se em São João da Barra, próximo aos limites com Campos dos Goytacazes. A partir do final de 2008, uma série de decretos e instrumentos legais proporcionaram a “expropriação” das terras — leia-

se expulsão, em alguns casos, de forma violenta e predatória com relação aos bens e benfeitorias — dos camponeses do 5º Distrito do município de S. João da Barra, vizinho de Campos. A luta deles pela recuperação da terra e/ou pela justa indenização se arrasta no campo, no Ministério Público (MP) e no Judiciário (COSTA, 2018). O Porto do Açú é um enclave territorial, com baixíssima capacidade de interação com a sociedade e a economia regionais.

Tanto a indústria regional do petróleo, extrativista, quanto o megaporto-indústria do Açú, com quase nenhuma conexão com o entorno, configuram um padrão de desenvolvimento que reforça as desigualdades sociais históricas, a concentração de renda e a ausência de diversidade econômica, num cenário de poucas oportunidades de emprego (RANGEL, 2020). O Porto emprega pouco, devido à densidade tecnológica das empresas que nele operam e a ausência de conexão com a economia local e regional. A indústria do petróleo não internalizou nenhum segmento da cadeia produtiva no território, encontrando-se no período de descenso da produção, em virtude do esgotamento dos poços, o que vem provocando o declínio acentuado do emprego. A extração do petróleo e o Porto são expressões locais/regionais do padrão de integração subordinada do Brasil na economia neoliberal internacional, apoiado na reprimarização, ou seja, na exportação de *commodities* minerais e do agronegócio. Daí resultam grandes projetos de exploração dos recursos e de infraestrutura de logística de circulação de mercadorias, dos quais o petróleo e o porto constituem materializações.

Esse preâmbulo sobre a dinâmica socioeconômica regional tem por objetivo traçar a moldura que dá sentido às manifestações da questão social, objeto da atuação do SSC na região. Numa dimensão, trata-se das questões inerentes à realidade social brasileira dos sujeitos dos direitos estabelecidos na Constituição Cidadã; em outra, de formas particulares que essas questões adquirem no nível local/regional, compreendidas historicamente.

Nesse sentido, compreende-se que a *Questão Fundiária no Campo* — decorrente tanto das expropriações dos camponeses quanto da ocupação das terras ociosas das antigas usinas — tem sido objeto das lutas de trabalhadores. Essas lutas têm tido o protagonismo do SSC, com a participação de docentes e discentes, por meio das atividades acadêmicas colocadas a serviço da resistência de camponeses expropriados e dos acampados, ocupantes e assentados da reforma agrária, na sua organização e na sua defesa.

As atuações se dão nos níveis da formação, das articulações e da constituição e ampliação dos espaços públicos de debate e denúncia das atividades dos trabalhadores e camponeses. Destacam-se as atividades de pesquisa, produção de artigos e monografias, diagnósticos, cursos, interação com núcleos de pesquisa e de apoio universitários locais, nacionais e internacionais, atividades de campo, organização e participação em seminários, encontros, congressos, entre outras.

As articulações com a sociedade, instituições, universidades, movimentos e organizações se dão nas mais diversas escalas e dimensões, produzindo audiovisuais, estudos e material de

defesa. Na defesa, junto ao Judiciário e ao MP, são elaborados documentos e peças de argumentação em favor dos expropriados e dos acampados, ocupantes e assentados. Essa ação se dá com ampla integração dos sujeitos coletivos envolvidos, e, ainda, em cursos e oficinas voltados para professores públicos e militantes no resgate da memória da luta pela terra e pela reforma agrária.

Entre as décadas de 1960 e 1990, a *Urbanização* de Campos dos Goytacazes foi intensificada, em grande parte, em decorrência da migração de milhares de trabalhadores oriundos do campo, em decorrência das transformações dos trabalhadores rurais em assalariados, entre outros fatores, tais como o processo de modernização e mecanização do campo. Residindo na cidade, uma parcela desses trabalhadores manteve o trabalho nas lavouras de cana — sazonal, precário e mal remunerado —, ocupando a periferia urbana, em assentamentos característicos de favela, sofrendo com problemas de moradia e infraestrutura — que explode nos anos 1980-1990 como expressão da *Segregação Urbana* (JUNCÁ; CARDOSO; SILVEIRA; MAGALDI; TOSTA, 2012; AZEREDO, 2011).

O SSC tem atuado na habitação popular tanto nos estudos e assessoramento, na seleção e assentamento dos moradores de conjuntos habitacionais populares, como também na defesa dos trabalhadores contrários às remoções de favelas. Essa atuação se articula com o ensino e a formação no curso de Serviço Social, na produção de monografias, livros e artigos, na organização de encontros, debates e seminários; mas, também, no apoio aos movimentos dos resistentes à remoção, produzindo material audiovisual de denúncia, estudos e diagnósticos, proposições de políticas de inclusão na infraestrutura e serviços urbanos. O SSC age, ainda, na articulação entre esses e outros movimentos sociais e populares visando o fortalecimento mútuo das suas organizações e lutas (MENDES; SIQUEIRA, 2014).

As particularidades históricas da dinâmica socioeconômica de Campos dos Goytacazes e de seu entorno legaram elevados índices históricos de *Pobreza*, *Desemprego* e *Subemprego* (PESSANHA, 2004). Entre outras ações, o SSC atuou, com o financiamento da Prefeitura de Campos, no diagnóstico das condições socioeconômicas das crianças e dos adolescentes das famílias de baixa renda do município, em dois momentos — utilizando os dados censitários de 1991 e de 2000 —, fornecendo elementos para a elaboração de políticas públicas.

O SSC vem realizando um trabalho de extensão com adolescentes mulheres das classes subalternas, com pesquisa-ação e assessoria no campo das políticas públicas. Destaca-se o protagonismo do SSC nas lutas pela implementação das políticas públicas e dos conselhos de direitos em Campos e em diversos municípios das RNF e RNOF. O SSC atuou e atua com assento no Conselho de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente, representando a UFF, na formação dos servidores municipais e membros da sociedade civil em políticas públicas, e de conselheiros, nas conferências municipais, na construção dos conselhos tutelares, na preparação das provas para a seleção dos conselheiros e na sua formação e atualização. Agiu, ainda,

junto a crianças e adolescentes de rua, na luta por políticas para esse segmento, bem como na oferta de cursos de capacitação para o trabalho. Atua na assessoria aos profissionais do Serviço Social das prefeituras, na qualificação de Assistentes Sociais das instâncias públicas e instituições de trabalho com crianças e adolescentes, trabalhando na ampliação dos espaços públicos de discussão das políticas públicas. As atividades têm gerado pesquisas e produção de monografias do curso de Serviço Social, bem como artigos e livros (MENDES; PESSOA, 2021).

A *Ocupação Desigual do Solo Urbano*, reforçada pelos mecanismos de exclusão da cidade para populações empobrecidas, produz *problemas socioambientais* que se entrelaçam com a questão urbana, produzindo fenômenos tratados na literatura acadêmica como desastres, presentes no cotidiano das populações mais vulneráveis social e economicamente.

O SSC tem realizado estudos, pesquisas, diagnósticos, oferta de cursos, elaboração de monografias, artigos, livros e material audiovisual, que fornecem recursos para as autoridades administrativas, legislativas e judiciárias, para a adoção de políticas que superem as vulnerabilidades das populações atingidas. Nesse processo, articula-se com as populações atingidas, com grupos de pesquisadores nacionais e internacionais, em redes que promovem encontros dentro e fora do País, bem como uma farta produção acadêmica (SIQUEIRA, 2015, 2009). A extensão universitária do SSC atua, ainda, com os moradores de bairros inundáveis no debate, na informação e formação sobre a seleção e destinação do lixo.

O SSC tem sido protagonista no reconhecimento e na afirmação dos direitos dos antigos trabalhadores no Lixão da cidade e, após o seu fechamento, na inclusão socioeconômica dos *Catadores de Recicláveis*, na sua organização em cooperativas e na implementação da *Política Municipal de Resíduos Sólidos*, nos marcos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). A ação se dá na pesquisa e na extensão; na formulação de políticas públicas; e na assessoria e organização desses sujeitos coletivos. Inúmeros eventos, como seminários, grupos de debates, produção bibliográfica e de audiovisual têm sido realizados. É importante destacar a articulação com o Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis (MNCR) e com catadores de várias regiões do País (ALMEIDA, 2020; ALMEIDA *et al.* 2016; JUNCÁ, 2000).

Como parte da problemática do emprego, da renda e das políticas públicas para as populações vulneráveis, destaca-se a da *População em situação de Rua*, que é objeto, também desde a década de 1990, do protagonismo dos SSC, pela promoção de encontros, debates, intercâmbios e proposições sobre as políticas públicas para esse segmento. O SSC vem realizando levantamentos, pesquisa e extensão com discentes junto à população em situação de rua, bem como capacitação de quadros técnicos, o que tem produzido monografias e artigos (SILVA; CARVALHO, 2021).

Igualmente importante tem sido o protagonismo dos docentes do SSC na atuação, no campo da extensão, com os *Presidiários/as*, com assistência, acompanhamento e proposição de

ações e políticas. Tem sido objeto de projetos de extensão e pesquisa, com a participação de discentes, atuando, ainda, na assessoria e qualificação de profissionais.

Um protagonismo importante se refere à atuação do SSC na questão dos *Direitos dos Idosos*. Em 1994, foi criada a Universidade para a Terceira Idade (UNITI), como projeto de extensão da UFF-SSC, na época, a segunda do gênero no Brasil, com um curso de duração de 1 ano e uma extensa grade de disciplinas, sem pré-requisito de formação escolar para acesso. As disciplinas são dadas sob a forma de palestras, dinâmicas participativas, oficinas, mesas redondas e apresentações, abarcando, em sua maioria, não só o vasto campo de informações sobre direitos, legislação, saúde, alimentação e assistência social, mas também, arte, música, literatura, poesia, entre outros campos.

Os ex-alunos permanecem vinculados permanentemente por meio da participação nas atividades educacionais, físicas, recreativas e artísticas, bem como em eventos de atualização sobre direitos e assistência à terceira idade. São dezenas de sessões ministradas por professores do SSC e voluntários da sociedade, das inúmeras áreas envolvidas, ligadas às diversas instituições. Ademais, o SSC participa do Conselho Municipal do Idoso, da formação e qualificação de profissionais, gerando monografias, artigos e publicações, além de promover encontros, debates e produção audiovisual, e de contribuições para políticas públicas. Desde sua criação, formou nos seus cursos e envolveu nas suas atividades milhares de idosos, homens e mulheres.<sup>3</sup>

As lutas contra o *Racismo* e pela afirmação dos *Direitos dos Afrodescendentes* vêm contando com amplo e forte protagonismo do SSC. A atuação se dá em cursos de extensão abertos à sociedade; na assessoria e no acompanhamento dos movimentos por direitos e por políticas públicas para os afrodescendentes; no assessoramento às instâncias do governo municipal na implementação de políticas públicas; na criação, na participação e na luta pela retomada das atividades do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial, em Campos dos Goytacazes. O SSC tem participado em pesquisas e projetos de extensão junto à população quilombola de Campos e de outros municípios da região; e no campo, nas periferias e nas comunidades, com famílias, mulheres e jovens negros e negras, assim como no apoio aos Coletivos vinculados a essa temática. Os docentes abrem espaço, acompanham e promovem eventos acadêmicos de debates, qualificação de Assistentes Sociais e manifestações contra o racismo e em defesa dos direitos dos negros, o que tem gerado monografias e publicação de artigos, encontros com a população para a compreensão e construção de uma sociabilidade não racista. Há projetos de extensão voltados para mulheres negras e para adolescentes negras de famílias de baixa renda.

No que diz respeito ao reconhecimento, à afirmação e à institucionalização dos *Direitos da Mulher*, o SSC tem participado das lutas contribuindo para a diminuição da violência e para a

---

<sup>3</sup> Na ausência de documentação, as informações foram extraídas do conhecimento deste autor e das conversas com ex-Coordenadores da UNITI. São informações de amplo conhecimento dos pares do Serviço Social de Campos.

implementação de políticas e equipamentos públicos. O SSC age junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM) em cursos de extensão e projetos de pesquisa, nas instâncias de proteção e segurança voltados ao combate à violência contra a mulher; ao MP e ao Judiciário, bem como à Delegacia de Atendimento à Mulher (DEAM). Também marcou presença nas discussões e nos debates dos Coletivos de Mulheres, abrindo espaço para que estes organizem debates e eventos. A extensão opera, ainda, particularmente com mulheres negras e de famílias de baixa renda (LOPES, 2020).

A área da *Saúde* conta com intensa e diversificada participação dos docentes do SSC, nas lutas, no Conselho Municipal de Saúde e, na assessoria às políticas públicas, o protagonismo se dá, também, junto à rede de atendimento, como nos hospitais. Proporciona a qualificação continuada das profissionais de Serviço Social que trabalham nessa rede de atendimento. Atua, ainda, na questão da Saúde da Mulher, diretamente com mulheres de baixa renda. Atua junto à Secretaria Municipal de Saúde, com cursos, grupos de estudo e assessoria. A ação do SSC tem gerado monografias, levantamentos, estudos, artigos publicados e realização de eventos (MORAES; FERES; MOURA, 2021).

O SSC tem sido protagonista com relação à implementação da *Política Nacional de Assistência Social* (PNAS). No primeiro momento, a ação se deu na operacionalização da PNAS, com a criação dos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS); na deliberação da Política de Assistência Social; nos diagnósticos; no estabelecimento das prioridades; nas ações e na discussão do orçamento da Assistência Social. Mais tarde, com a criação do Sistema Único de Assistência Social/PNAS (SUAS/PNAS) em 2004, o curso foi um importante agente no CMAS, na implementação da Política Municipal de Assistência Social (PMAS), no estabelecimento dos equipamentos de assistência territorializada, nos Centros de Referência de Assistência Social-CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), suporte para o acesso à Assistência Social como direito. Atua intensamente na qualificação continuada das Assistentes Sociais para a construção e o desenvolvimento das políticas públicas de Assistência Social, no âmbito municipal, na promoção e participação em debates, seminários e eventos de discussão, de apresentação de trabalhos, produção de monografias e de artigos (BARRETO, 2017).

Na perspectiva ampla do *Desenvolvimento Integrado*, o SSC foi protagonista no Projeto Managé, da UFF-Niterói, com uma base e uma coordenação no SSC. Trata-se de um grande projeto de desenvolvimento socioeconômico e de gestão territorial, cujo recorte foi a Bacia Hidrográfica do Rio Itabapoana, abrangendo 18 municípios do Norte e Noroeste Fluminense, do Centro-Sul do Espírito Santo e da Zona da Mata de Minas Gerais.

Foi um projeto inovador que envolveu as populações, os agentes públicos e as organizações sociais desses municípios na organização comunitária; na realização de diagnósticos; na

formulação e execução de políticas; na criação de governança institucional territorial, com a participação da sociedade, das organizações populares e das instâncias político-administrativas, esta última à escala local, regional, estadual e nacional; na criação e implementação de espaços sociopolíticos; no âmbito do manejo integrado de bacias hidrográficas.

O projeto produziu um amplo planejamento de ações de curto, médio e longo prazo, minucioso trabalho de campo e produção de material audiovisual, além de estudos, monografias, projetos e artigos publicados (SIQUEIRA, 2009).

Não se pode deixar de reforçar que, na extensão universitária, há sempre a participação de discentes. Cabe ainda destacar que toda essa atuação se deu num contexto de debates e ações interdisciplinares e de grande articulação institucional, não só em conjunto com os Conselhos, mas, particularmente, junto ao Judiciário e ao Ministério Público, com projetos específicos nestes últimos, assim como em contato e interação direta com grupos sociais, moradores e sociedade externa à Universidade, em geral, contribuindo para a ampliação do espaço público de debates, qualificação, informação e construção de políticas públicas.

Finalmente, esse conjunto de ações configura uma prática acadêmica comprometida com a universidade pública, particularmente, no seu compromisso com a *Interiorização Regionalizada*, o que desembocou num projeto de ampliação da atuação acadêmica da UFF na região, construído pelos docentes do SSC, que tomou forma em 2005. Encontrando ambiente favorável no REUNI<sup>4</sup>, o projeto foi incorporado pelo REUNI-UFF e implementado a partir do início de 2008. Fruto da ampla participação da comunidade acadêmica e técnico-administrativa da UFF-Campos, e do acúmulo de experiências vinculadas à atuação acadêmica e técnico-política, o projeto se concentrou na criação de cursos na área das humanidades.

De uma unidade de um só curso, com menos de 500 discentes e menos de 30 docentes, chegou-se, hoje, a uma comunidade acadêmica com 141 docentes; 3.384 discentes de graduação; 95 alunos de pós-graduação; e 41 técnico-administrativos, com nove cursos de graduação e dois de pós-graduação *stricto sensu*, além de diversos cursos de pós-graduação *lato sensu*. Os campos disciplinares abrangidos são, além do Serviço Social, Ciências Sociais, Ciências Econômicas, Geografia, História e Psicologia. Sem dúvida, a expansão da UFF-Campos só foi possível pela experiência acumulada pelo SSC com as ações comprometidas com os Direitos de Cidadania e com o desenvolvimento socialmente incluyente, que este artigo buscou sintetizar.

## Considerações finais

Anunciado, desde as primeiras linhas, como um balanço resumido, descritivo e qualitativo do protagonismo do SSC-UFF-Campos no campo dos Direitos Humanos e de Cidadania, nos

---

<sup>4</sup> O REUNI-Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais foi criado em 2007, compreendendo obras civis e aumento de vagas para docentes, técnico-administrativos e discentes das instituições federais de Ensino Superior.

marcos da Constituição de 1988, este artigo permite — através da atuação do SSC na Extensão Universitária — algumas reflexões acerca do comprometimento dos docentes do SSC com sua expansão, seu reconhecimento, sua afirmação e consolidação no contexto das lutas e debates que se materializaram nas disposições da CF de 1988.

Preservada a pluralidade de abordagens, salta aos olhos que, a partir da década de 1990, as ações de extensão universitária dos docentes do SSC favorecem a identificação de três aspectos centrais: engajamento nos compromissos de uma universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada; priorização no enfrentamento das expressões locais e regionais da questão social, numa perspectiva de territorialização das ações, no recorte de interiorização regionalizada; e articulação institucional e social para a construção de políticas públicas que enfrentam, no limite, as mazelas locais de um padrão de desenvolvimento social e territorialmente concentrador e excludente. Elaborado pelo SSC, o Projeto de Expansão do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, incorporado pelo REUNI, é a síntese e o corolário dessas três dimensões do protagonismo histórico do SSC nas manifestações da Questão Social em Campos e seu entorno territorial, o que se buscou resgatar neste artigo.

## Referências

- ALMEIDA, É. T. V. de. Conflito e resistência na periferia da cidade - a experiência coletiva dos catadores de recicláveis do lixão de Campos dos Goytacazes/RJ, 2010 -2019. *In*: LAGO, L. C. do; MELLO, I.; PETRUS, F. (org.). **Da cooperação na cidade à cidade cooperativa**. Marília: Lutas Anticapital, 2020. p. 81-118.
- ALMEIDA, É. T. V. de *et al.* Protagonismo e esfera pública em Campos dos Goytacazes: a trajetória recente dos catadores do lixão da Codin. *In*: PEREIRA, B. C. J; GÓES, F. L (org.). **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro: IPEA, 2016. p. 293 - 308.
- AZEREDO, V. G. Da Cidade de Palha à Custodópolis: Memória e Sociabilidades. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 12, n. 37, p. 268-277, 2011.
- BARRETO, K. R. M. **Os consensos e dissensos na participação da sociedade civil no processo de controle social**: um estudo de caso dos interesses em disputa no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Campos dos Goytacazes. 2017. 350 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – PPGSS/UERJ, 2017.
- BENETTI, P. Unificação do mercado de trabalho rural/urbano. *In*: PIQUET, R. (org.). **Acumulação e pobreza em Campos**: uma região em debate. Rio de Janeiro: UFRJ, 1986. p. 48-67.
- COSTA, A. M. A. da. **O processo de expropriação das terras do Açu e a trajetória de lutas dos camponeses impactados pelo projeto Minas – Rio**. 2018. 266 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – PPGSS/UERJ, 2018.
- COUTINHO, C. N. Notas sobre cidadania e modernidade. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, set. 1997.
- CRUZ, J. L. V. da. **Projetos nacionais, elites locais e regionalismo**: desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense entre 1970 e 2000. 2003. 338 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - IPPUR/UFRJ, 2003.
- CRUZ, J. L. V. da. Mercado de Trabalho e exclusão em Campos/RJ. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 159-178, set./dez. 1992.

- FLEURY, S.; PINHO, C. E. S. A desconstrução da democracia social e da cidadania urbana no Brasil. **Textos para Debate**, Rio de Janeiro, n. 11, 2019.
- JUNCA, D. C. de M.; CARDOSO, C.; SILVEIRA, A. L.; MAGALDI, I. dos S.; TOSTA, K. S. Na saúde e na doença: um retrato do cotidiano das famílias em Custodópolis. *In*: JUNCA, D. C. de M.; SILVA, V. L. M. da S. (org.). **Território, vulnerabilidades e saúde**. Campos dos Goytacazes: Fundação Benedito Pereira Nunes, 2012. p. 74-87.
- JUNCA, D. C. *et al.* **A mão que obra no lixo**. Niterói/RJ: EDUFF/UFF, 2000.
- KOWARICK, L. **A Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LOPES, I. C. C. **Com Arte**: contribuições para um programa social para mulheres das classes populares a partir da extensão universitária e do estágio curricular. *Cultura, Educação e Movimentos Sociais: experiências e questões para o século XXI*. Curitiba: CRV, 2020. v. 1, p. 15-28.
- MENDES, J. T. N.; PESSOA, F. da S. Infâncias, juventudes e políticas públicas: desenvolvendo ações dialógicas. **Cadernos de Extensão do Instituto Federal Fluminense**, Campos dos Goytacazes/RJ, v. 5, p. 125-136, 2021.
- MENDES, J. T. N.; GOMES, M. A. S.; SIQUEIRA, A. M. da M. Políticas públicas, moradia popular e o programa morar feliz em Campos dos Goytacazes-RJ: uma análise acerca da favela margem da linha. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 14, n. 1, p. 1-20, jan. 2014.
- MIGUEL, L. F. **O colapso da democracia no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Rosa Luxemburgo, 2019.
- MORAES, C. A. de S.; FERES, E. M.; MOURA, M. da P. L. B. Os atuais desafios da pesquisa e da extensão universitária e a construção de estratégias coletivas de trabalho: experiências na área da saúde. *In*: Moraes, C. A. de S. (org.). **Serviço Social e trabalho profissional na área da saúde**. Uberlândia: Navegando, 2021. v. 1, p. 190-202.
- NEVES, D. P. **Assentamento rural**: reforma agrária em migalhas: estudo do processo de mudança da posição social de assalariados rurais para produtores agrícolas mercantis. Niterói: EDUFF, 1997.
- PESSANHA, R. M. Favelas e comunidades de baixa renda no município de Campos dos Goytacazes (1991-2000). *In*: PESSANHA, R. M.; SILVA NETO, R. (org.). **Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense – da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo**. Campos dos Goytacazes: WTC Editora, 2004. p. 317-332.
- RANGEL, H. C. **O Complexo Portuário do Açúcar e suas Relações Industriais e Comerciais em municípios selecionados do Norte Fluminense**. 2020. 178 f. Tese (Doutorado em Planejamento Regional e Gestão da Cidade) – Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2020.
- SILVA, L. R. de B.; CARVALHO, P. de S. Trabalho e população em situação de rua: um debate em contínua necessidade. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 21, n. 2, p. 697-711, jul./dez. 2021.
- SIQUEIRA, A. M. da M. Conflitos em contextos de desastres relacionados com as águas. *In*: SIQUEIRA, A.; VALENCIO, N.; SIENA, M.; MALAGOLI, M. (org.). **Riscos de desastres relacionados à água**. Aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos. São Carlos: RiMa, 2015. v. 1, p. 46-57.
- SIQUEIRA, A. M. da M. **Recursos Hídricos**: problemas coletivos, interesses contraditórios e gestão política no Vale do Itabapoana (sudeste brasileiro). 2009. 235 f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola/Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.
- TELLES, V. da S. **Direitos sociais**: afinal do que se trata? Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- VILLAÇA, F. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 25, n. 71, p. 37-58, 2011.

## NOTAS

### \* José Luís Vianna

Cientista Social e Doutor em Planejamento Urbano e Regional, pela UFRJ. Professor Assistente aposentado da UFF-ESR. Professor do Mestrado em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas, UFF-ESR.

E-mail: [joseluisvianna@uol.com.br](mailto:joseluisvianna@uol.com.br)

<https://orcid.org/0000-0001-9869-2639>

### CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

### FINANCIAMENTO:

Não se aplica.

### CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM:

Não se aplica

### APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA:

Não se aplica.

### CONFLITO DE INTERESSES:

Não se aplica

### LICENÇA DE USO

Os autores cedem à Revista Goitacá os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (CC BY) 4.0 Internacional. Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

### PUBLISHER

Universidade Federal Fluminense. Publicação no Portal de Periódicos UFF. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

### EDITORES

Ana Claudia de Jesus Barreto e Juliana Desiderio Lobo Prudencio

### HISTÓRICO

Recebido em: 12-01-2022 – Aprovado em: 21-01-2022 – Publicado em: 14-06-2022